

O massacre de Ipatinga: um novo olhar sobre as relações de trabalho e inovações no mundo da educação em 1964

POR PAULO ROBERTO DE SOUZA

Doutor em História pela Universidade Federal de Uberlândia.

Professor de História do Instituto Federal Catarinense (Campus Brusque).

E-mail: paulo.souza@ifc.edu.br

RESUMO

Em 1962 foi inaugurada em Ipatinga, MG, a maior indústria Siderúrgica de aços planos da América Latina, a USIMINAS. Idealizada por JK em 1955 e colocada em operação por João Goulart, a iniciativa tinha por finalidade atender à demanda da indústria automobilística recém-instalada no Brasil. O Arraial escolhido para o acolhimento era ermo e ali não existiam mais que 250 casas e repentinamente foi invadido por milhares de trabalhadores deslocados de diversas regiões do país, em busca de novas oportunidades de sobrevivência. Nesse ambiente de efervescência cultural e política, aconteceu o fato conhecido como o Massacre de Ipatinga. O saldo foi de dezenas de mortos e centenas de feridos. Após a conquista do Estado pelos militares, um manto de silêncio cobriu a região e novas relações de trabalho foram desenvolvidas em um contexto de dominação na maioria das áreas do conhecimento humano, especialmente no mundo do trabalho e da educação.

Palavras-chave: trabalhadores, massacre de Ipatinga, hegemonia, política.

Introdução - O Massacre de Ipatinga e seus desdobramentos

No dia 07 de outubro de 1963 milhares de trabalhadores se aglomeraram na portaria da Siderúrgica estatal USIMINAS, com objetivo de reivindicar melhores condições de vida, envolvendo moradia, alimentação e salários dignos. A força militar, composta por 16 policiais munidos de submetralhadoras, compareceu ao local e, além desse aparato, tinha como suporte uma metralhadora tripé instalada na carroceria de um caminhão da marca Opel. Esse poder bélico organizado de última hora tinha uma missão: manter a ordem diante de milhares de trabalhadores motivados pela opressão que o sistema lhes impunha. Para se entender bem as razões desse eminente conflito é necessário compreender o movimento migratório originado de diversas regiões do Brasil, que fez do Arraial de Ipatinga um lugar de grandes disputas pela sobrevivência. E o olhar atento de pesquisadores e

das produções na área das ciências humanas permitem jogar um facho de luz sobre esse período que hoje é visto, pelas evidências, como um fato norteador das intensas disputas que viriam nos anos posteriores tanto nas relações de trabalho como também na educação.

Desenvolvimento

Ipatinga foi escolhida com intuito de abrigar o projeto siderúrgico nacional por diversos motivos, dentre eles as fontes de matéria prima que eram fartas¹, a disponibilidade de mão de obra, e também as fontes de energia, que eram numerosas. Tratava-se de um local onde a vida obedecia ao tempo biológico e a dinâmica da economia local era carregada pelas carvoarias existentes nos arredores do arraial, cuja finalidade era abastecer as pequenas metalurgias da região. Mas essa vida sossegada seria sacudida por olhares vindos de fora, e essa cultura diversificada trazida pelos imigrantes seria incorporada à cultura local criando um novo espaço de interlocução na cidade de Ipatinga, nesse momento em vias de formação. *O residual, por definição, foi efetivamente formado no passado, mas ainda está ativo no processo cultural, e, aos poucos, é incorporado pela cultura emergente.* Ao interpretar as palavras de Raymond Williams (1979, p. 125), é possível ter melhor visão dos acontecimentos do período de formação da sociedade ipatinguense, cuja dinâmica estava imersa numa clivagem de inúmeras correntes culturais, coabitando em uma mesma realidade social e geográfica. Esses apontamentos indicam que os imigrantes deram grande contribuição na formação da cidade e funcionamento da empresa, entretanto, não se pode dizer que a vida deles tenha sido fácil. A socióloga Tania Moreira Braga elabora a construção de um pensamento no qual abarca as precárias condições de vida desses recém-chegados e sua contribuição na formação de uma visão mais consistente do cotidiano dos mesmos. Para além da luta pela moradia e sobrevivência, era visível outro problema encontrado no cotidiano dos operários: havia uma distinção social entre os trabalhadores da Usiminas que gozavam de certos privilégios em relação aos trabalhadores das empreiteiras, e essa distinção incomodava aos responsáveis pela construção do parque industrial onde trabalhariam os primeiros. Afirma Braga:

[...] Os trabalhadores das empreiteiras, responsáveis pelas obras civis da usina viviam em condições ainda mais precárias, alugando a preços exorbitantes camas em barracos e acampamentos e fazendo suas compras em armazéns das próprias empreiteiras, que lhes deixava apenas dívidas ao final de cada mês. Em 1963, 60% dos operários da Usiminas alojavam-se em barracos de madeira de 3x3 m., desprovidos de sanitários, onde se amontoavam oito pessoas. O transporte até a usina era feito em caminhões tipo “pau de arara” e a alimentação fornecida pela empresa era pobre em calorias e servida ‘sobre o chão e sob o Sol’ (BRAGA, 2000, p. 1077-1098)

1 Ipatinga está a cem quilômetros de Itabira, que era considerada até a descoberta das jazidas de minério do Pará como a maior fonte de minério de ferro do Mundo.

Acrescenta-se a essas circunstâncias que esses trabalhadores, além de mal alimentados, de alojados em locais precários e submetidos ao trabalho sem segurança alguma, a começar pela forma de transporte, tinham também contra si a solidão. Suas famílias ficaram nas cidades de origem enquanto pavimentavam a possibilidade de tê-las consigo e garantir o bem estar de todos. A saudade era uma constante no cotidiano dos operários que passavam meses sem ver esposas e filhos.

Ao elaborar um olhar sobre a fala de Braga, cujo teor me remete a esses momentos nos quais tive participação, embora sem a devida compreensão da realidade local, encontro neles uma visão que retrata o modo de vida das pessoas, no qual a luta de classes se fez presente sem que a maioria entendesse o significado de tal termo. As evidências constatadas nas fontes remanescentes do período permitem entender que, se de um lado o poder do estado imprimia em ritmo acelerado sua visão de progresso, de outro a classe trabalhadora era submetida ao poder, tanto do estado como da administração da estatal, transformando a sobrevivência dos mesmos em uma aventura sem rumo certo. Como transitar em um local sem vida social, sem convivência saudável, sem lazer e onde a única atividade da qual se falava era o conjunto das relações de trabalho produzidas no ambiente fabril? A resposta a essa questão seria encontrada na dinâmica das relações que foram construídas nesse ambiente de produção social ao longo do tempo. E entre opressão e resistência, a sociedade local deixava clara a existência de uma luta de classes que se estenderia de forma mais significativa nos anos posteriores. Para além da luta entre duas classes específicas, existia também a citada distinção entre trabalhadores definitivos da Usiminas e os transitórios, que saíam desse ambiente com a finalidade de montar outras indústrias em locais que oferecessem novas oportunidades. Essa constatação está expressa no nome de um dos bairros operários construídos pela indústria, “Candangolândia”, pois lá residiam os trabalhadores nordestinos remanescentes da construção de Brasília, popularmente conhecidos por ‘candangos’. Esses não estavam entre os que dariam prosseguimento às operações quando a empresa entrasse em ritmo de produção, esse contingente de trabalhadores era conhecido na região como “peões de trecho”, aqueles que montavam uma indústria e se transferiam para outras regiões onde algum projeto novo estivesse em desenvolvimento.

Ao transitar por momentos distintos e separados por várias décadas foi necessário lançar mão da história oral como forma de recompor fragmentos daquele período e tomar a cultura como expressão de todas as dimensões da vida social. Nesse movimento, sempre é necessário buscar nas falas dos sujeitos históricos e suas interpretações, as aflições, as formas de amar, de conviver e de conquistar a sobrevivência, principalmente nos

anos difíceis de ditadura militar que ocorreram depois do Massacre de Ipatinga. A historiadora Yara Aun Houry compreende essa dinâmica da seguinte forma:

Nesse sentido estamos dizendo que processos sociais criam significações e que esses se instituem em memórias; por isso procuramos explorar os processos sociais de constituição da história e da memória em suas mútuas relações e como essas alimentam e realimentam poderes, dominações, sujeições e resistências. (KHOURY, 2006)

Os processos sociais desenvolvidos nesse ambiente de opressão e resistência se encarregam de promover novas formas de rever momentos remotos. Em depoimentos colhidos de pessoas que sofreram as agruras do período percebe-se a subjetividade presente nas falas, pois embora todos tivessem participado daquele momento, as interpretações estão condicionadas às questões paralelas tais como: grau de envolvimento, nível de estudo das pessoas, participação de grupos sociais específicos, enfim, uma gama de possibilidades que influenciam diretamente na construção e interpretação das memórias. Em pronunciamento realizado no Fórum de Porto Alegre sobre memória individual e coletiva, o historiador italiano Alessandro Portelli encontra no Massacre das Fossas Ardeatinas, ocorrido na Itália no período da Segunda Guerra Mundial, um entendimento sobre como interpretar a memória. Afirma o autor:

[..] confrontando histórias de vida das pessoas que ali estavam – como uma metodologia – o que têm em comum é que foram ao mesmo lugar, ao mesmo tempo. No entanto, o que se vê é que todos vieram de localidades distintas, tinham diferentes intenções que as levaram para lá e levam distintas memórias desse acontecimento e diversas interpretações. Contudo, há algo que é bastante concreto, que é o fato de que todos estavam ali. Assim sendo, o marco das memórias possíveis é, ao mesmo tempo, infinito, pois não há limite para o que as pessoas possam pensar ou recordar e, também, finito, pois há um limite que está fundado sobre um acontecimento muito específico. Desta forma, quando falamos dessas memórias, individuais, há uma parte disso que se pode tratar como uma ferramenta comparativa e estatística, porque há coisas que são qualitativas, no sentido em que há o encontro entre um acontecimento, um lugar e uma subjetividade individual, uma história pessoal, individual, um passado e um futuro individuais. (PORTELLI, 2002, p. 32)

Portelli inspira compreender que as memórias produzidas no entorno do massacre não estão circunscritas apenas ao número de mortos e feridos notados no episódio. Boa parte delas indica que motivações políticas subjazem ao fato e fazem dele o momento mais significativo de suas vidas. Quando perquiridos sobre momentos mais significativos durante sua vida na cidade de Ipatinga, a maior parte dos entrevistados responde de pronto: foi o Massacre de Ipatinga. Eles estavam lá, eles produzem a memória do que mais marcou suas vidas, cada um à luz de sua própria interpretação.

Retomando o desenvolvimento do confronto, era perceptível o aumento da tensão na medida em que mais trabalhadores saíam dos “papa-filas”² em direção às portarias da empresa. Embalados por um sentimento de revolta decorrente das péssimas condições de vida e o descaso das autoridades que compunham a direção da empresa, os trabalhadores estavam no seu limite. Acrescenta-se, ainda, que os mesmos não podiam concentrar suas reivindicações a uma liderança sindical, pois ainda não existia uma associação classista. Sem liderança, e com os nervos à flor da pele, os trabalhadores estavam dispostos a enfrentar o pequeno grupo de policiais estacionado na portaria da empresa, local onde se encontrava também o truculento corpo de vigilância, responsável pela proteção do patrimônio da estatal. A truculência notada nesses vigilantes tem muito a ver com suas origens. Sobre essa característica, Nelson Ribeiro, um dos trabalhadores que viveu essa experiência, puxa pelo fio da memória e alerta:

[...] porque a vigilância lá... o problema da vigilância lá era sério... eles descia o cacete mesmo... certo? Se a pessoa respondesse ou errasse qualquer coisa ali, não quisesse abrir a capanga pra... chamava capanga na época né? Não quisesse abrir a bolsa lá pra poder mostrar alguma coisa... eles desciam o pau mesmo³.

Em depoimento dado por outro entrevistado, Moacir Lacerda, ele afirma que o corpo da vigilância foi recrutado em caráter emergencial, pois era necessário controlar a entrada e saída de operários, e que esse recrutamento foi feito no início da construção civil, antes da empresa entrar em ritmo de produção. Como não havia ainda uma determinação sobre os pré-requisitos necessários ao cargo de vigilante, a empresa recrutou, na população local, *os elementos que ocupariam tais cargos e muitos deles eram jagunços remanescentes dos tempos das carvoarias*, que foram as primeiras atividades econômicas da região, afirma Lacerda.

O quadro do massacre estava desenhado. Uma maior aproximação dos trabalhadores em direção ao caminhão fez com que a ordem fosse disparada: “Senta a Pua!” Essa era a chave para a resposta dos policiais ao que eles consideravam uma ameaça física naquele momento. Os policiais responderam com disparos⁴ e a multidão foi dispersa com tiros aleatórios e rajada ininterrupta de metralhadora, que atingiu igualmente de forma aleatória parte dos trabalhadores. Essa resposta provocou algo semelhante ao fenômeno considerado pelos fazendeiros como

2 Papa-filas era um veículo adquirido pela Usiminas para transportar seus operários. Tratava-se de um vagão sem cadeiras que podia transportar aproximadamente 200 operários, que se acotovelavam de pé no veículo puxado por um cavalo mecânico Scania-Vabis.

3 Fragmento da entrevista concedida por Nelson Ribeiro, em 29 de junho de 2005 em sua residência no Bairro Cidade Nobre em Uberaba – MG. Dona Maria Aparecida, sua esposa, também elaborou suas lembranças dos difíceis anos iniciais na cidade de Ipatinga – MG.

4 SOUZA, 2007.

“o estouro da boiada”, ou seja, um “salve-se quem puder” sem a menor organização de qual o caminho seguir em busca de proteção. Um dos relatórios sobre o massacre, produzido pela Comissão da Verdade, afirma.

Algumas britas foram lançadas contra um ou outro policial. Até o tenente Jurandir tomou uma no capacete. Aquelas pedrinhas não machucavam, mas mexiam com o brio dos soldados, em especial os da Cavalaria, os mais visados. – Tá tinindo! Tá tinindo! O coro que ficava cada vez mais forte era de extrema humilhação para os cavalarianos. Com receio do que viria depois - um tiro, uma avalanche de pedradas, um avanço súbito da multidão para linchar a tropa - Jurandir fez um sinal para o Recruta. O soldado tentou disparar o fuzil-metralhadora, mas o pente de balas engasgou. Nervoso e constrangido, Moacir tentava encaixar a munição. A multidão percebeu o que estava para acontecer. Começou uma correria desatada. Algumas pessoas, como o operário Francisco de Assis, chegaram a ser pisoteadas. [...] O fuzil-metralhadora começou a cuspir tiro para o alto. Muitos trabalhadores fugiam desesperados. Alguns, como José Horta, pularam nas valas, outros, como Darcy Monteiro de Souza, entraram em manilhas; havia ainda quem tentasse pular a cerca de arame farpado para dentro da usina, como José Vilas Novas, e quem corresse para trás dos montes de areia, como José Bento. [...] José Isabel do Nascimento enquadrava Moacir disparando o fuzil-metralhadora quando tomou um tiro de revólver. A bala varou-lhe o abdômen e saiu nas costas. O fotógrafo continuou de pé com a máquina erguida, até perder as forças e cair. João Medeiros gritou e pediu ajuda. O soldado viu o amigo caído, pensou em socorrê-lo, mas não quis se arriscar através das balas que zuniam para todo lado. Moacir girava e disparava o fuzil-metralhadora, para cima e para baixo, em zigue-zague. Um cavalariano negro, que subira na carroceria com uma metralhadora de mão, também atirava. As duas metralhadoras foram disparadas contra um grupo de aproximadamente 500 pessoas que estavam encurraladas contra a cerca (FERNANDES, 2013, p 114-116)

A portaria da empresa foi transformada em uma praça de guerra onde, depois de esvaziada, restou apenas o silêncio e os corpos. Uma nódoa de sangue foi incorporada à história da cidade de Ipatinga a partir dessa data. Após os acontecimentos desse 7 de outubro, diversas personalidades surgiram no cenário na tentativa de arrefecer os ânimos, pois os trabalhadores estavam ressentidos com o massacre praticado pela Polícia. Esse ressentimento pode ser notado na fala de Cley Vilian, o motorista do caminhão que conduziu os policiais e a metralhadora sobre o tripé.

Cley Vilian, de 74 anos, atendia a cavalaria da PM e disse que não sabia de nada até acontecer a confusão. ‘Foi uma cena triste. Eu vi o pessoal atirar, vi gente caindo em valetas, atrás de muros. Eu não sabia que levaria os policiais para esse tipo de coisa. Eu apenas cumpria ordens como motorista e proprietário do caminhão’, explica. Cley ainda conta que também correu riscos e que ficou sem seu veículo. ‘Algumas pessoas tentaram subir em cima do caminhão, foi quando começaram os disparos. Eu também corri muito risco. No outro dia fui buscar alimentação para os policiais, e quando cheguei no bairro Horto, as pessoas reconheceram o caminhão e acabaram queimando o veículo. Tive que correr para não apanhar’, diz. (COMISSÃO..., 2013)

A desastrosa atuação da Polícia Militar de Minas Gerais, aliada à ausência de uma liderança dos trabalhadores, resultou em uma quantidade grande de mortos e feridos e essa ação discorrida por Cley denota o revanchismo da população operária em relação à atuação da polícia no episódio que ceifou a vida de dezenas de

peessoas. Além do choque provocado na opinião pública, notou-se também a produção de diversas narrativas que foram elaboradas com base nas memórias de quem esteve presente no conflito que mais marcou àqueles que dedicaram parte de suas vidas à construção da empresa. Hoje é raro encontrar algum sujeito histórico que tenha participado desse episódio. Quem participou ainda reluta em prestar algum tipo de depoimento: o que se percebe é que ainda estão tomados pelo medo ou que incomoda muito relembrar tais momentos.

De imediato, os olhares curiosos perscrutavam sobre as estatísticas do massacre: quantos morreram? Quantos feridos? Esses dados parecem relevantes no primeiro momento, mas uma posição mais precisa foi encontrada no relato que veio da Comissão da Verdade, com a apuração dos seguintes dados.

Oficialmente, oito mortes foram apontadas nos inquéritos policiais: Aídes Dias de Carvalho; Alvino Ferreira Felipe; Antônio José Reis; Geraldo da Rocha Gualberto; Gilson Miranda; José Izabel do Nascimento⁵; Sebastião Tomé de Souza e Eliana Martins, morta aos três meses no colo de sua mãe, e que hoje dá nome ao Hospital Municipal da cidade. No entanto, o número ainda é contestado, e algumas versões chegam a afirmar que foram mais de 80 mortes (COMISSÃO..., 2013).

Todavia, as indagações não se restringiam apenas a dados quantitativos que ainda eram incertos nos momentos posteriores ao fato histórico. Pesquisadores se debruçaram no que era mais importante: os motivos que levaram o poder do estado para deflagrar a operação. Essa indagação coloca o massacre de Ipatinga na esfera de disputas políticas em desenvolvimento no plano nacional.

Segundo o historiador René Dreifuss (1981), *a conspiração golpista já estava em curso em 1962* e na efervescência política do momento, forças distintas colocavam em disputa os destinos da nação. De um lado, o pensamento burguês tentando se desvencilhar da “ameaça comunista” presente no ideário da Guerra Fria, de outro lado o Presidente João Goulart, que na expectativa de manter a ordem submeteu ao Congresso a proposta de decretar Estado de Sítio no dia 04 de outubro. O Jornal Correio da Manhã noticiou o fato na primeira página: “Goulart pede Estado de Sítio hoje” (GOULART..., 1963).

Nesse turbilhão de ideias, muitas delas produzidas pelas “centrais de boato”, equivalentes às *fake news* dos tempos atuais, a conquista do Estado foi efetivada pelos militares em 31 de março de 1964 e dentre as muitas opiniões sobre o massacre de Ipatinga, algumas indicavam a possibilidade de um possível “balão de ensaio” com a finalidade de se apurar se a classe trabalhadora estava organizada a ponto de reagir ao golpe. O que se percebe é

5 José Isabel do Nascimento era um fotógrafo que tinha seu estúdio em um bairro próximo do massacre, o Bairro Horto. Isabel foi atingido quando apontava a câmera para o caminhão com a metralhadora. Uma pessoa não identificada recuperou a câmera onde estava registrada a fotografia de quem o matou. Mais tarde, seu filho, Fábio Nascimento, produziu o documentário Silêncio – 63, disponível em: <https://curtadoc.tv/curta/direitos-humanos/silencio-63/> (acesso em 07 abril 2020).

que uma nova “ordem” política e econômica estava em curso no Brasil e ela apontava em direção ao alinhamento com o lado ocidental da Guerra Fria. Nesse período a polarização entre Oriente e Ocidente chegava ao ponto mais crítico, pois em 1959 a União Soviética se aliava a Fidel Castro, transformando a “Ilha Prisioneira” – nas palavras do Presidente americano John Kennedy - em posto avançado do comunismo soviético, debaixo das “barbas do Tio Sam”. Essa tensão aumentaria mais ainda com o assassinato de Kennedy, em 22 de novembro de 1962.

Nessa efervescência política ocorrida sob o espectro da considerada “ameaça comunista” e a tendência de alinhamento com um dos lados do conflito ideológico internacional, alguns governadores faziam questão de colar a pecha de comunista no presidente deposto João Goulart como argumento de sustentação à iniciativa do golpe. Nos momentos tensos que antecederam o movimento militar, era possível perceber que a UNE⁶ estava organizada e as evidências indicavam a não aceitação de uma ruptura institucional por parte dela, mas o poder instituído, sobretudo alguns dos governadores opositores de Jango, “davam de ombros” para a UNE e focavam sua preocupação na classe trabalhadora.

Foi na esteira dessa polarização que surgiu a hipótese de que o massacre continha também a ideia de um “balão de ensaio”, fato que é perceptível nas palavras do Coronel José Geraldo, articulador da repressão ao movimento social de 7 de outubro e representante do governador José de Magalhães Pinto. Em entrevista concedida ao jornal *Hoje em Dia*, José Geraldo afirmou:

Contudo, o fato da PM ter errado não significa segundo ele, que os policiais devem ser condenados pela história. ‘A gente lamenta o que tenha acontecido, mas não se pode dizer que tenha havido uma imprudência. *No calor dos acontecimentos, todos estavam sujeitos a reagir de acordo com a natureza humana*’. Se tivesse no comando dos policiais, José Geraldo afirma que jamais teria deixado o local. ‘Eu, como Comandante-geral da PM, sabia o que era atirar em uma multidão. Jamais teria mandado uma tropa sozinha, pois a capacidade de soldados sem comando é limitada’, disse ele durante uma longa entrevista, há duas semanas, em Belo Horizonte, onde ainda reside. Na qualidade de Comandante-geral da PM de Minas Gerais, ele foi um dos líderes do golpe de 64 na área militar. Vinte e cinco anos depois, José Geraldo revela que desde 62, quando assumiu o comando da Corporação, já instruía a tropa, segundo orientação do então governador Magalhães Pinto, para a deposição de Jango através de um golpe militar. *Por esta razão, ele bateu o pé, não permitiu que a PM fosse substituída por tropas federais em Ipatinga como queriam os metalúrgicos do município. [...] ‘Diante disso eu decidi que a PM não sairia de Ipatinga’*. Ele afirma que o policiamento de Ipatinga pelo Exército equivaleria a uma intervenção federal em Minas. Hoje ele garante que se isso tivesse acontecido, a História do Brasil teria tomado outro rumo, ‘*A revolução não teria acontecido*’. (GERALDO, 1991. Grifos nossos).

6 A União Nacional dos Estudantes, UNE, foi fundada em 1937 e ao longo de seus 70 anos marcou presença nos principais acontecimentos políticos, sociais e culturais do Brasil. Desde a luta pelo fim da ditadura do Estado Novo, atravessando a luta pelo desenvolvimento nacional, a exemplo da campanha do Petróleo, e os duros anos do regime militar.

Ainda sobre a possibilidade de transformar o episódio em um balão de ensaio visando a deflagração do golpe, faço uma abordagem sobre a participação do governador mineiro Magalhães Pinto na minha Tese de Doutorado. Misteriosamente, após conhecer os resultados do massacre de Ipatinga, o Governador entrou com uma solicitação de afastamento de suas funções no governo, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, com o que a Assembleia respondeu positivamente à solicitação em despacho que autorizava sua ausência por 45 dias a partir de 15 de dezembro de 1963, e retorno previsto no dia 30 de março de 1964 (MINAS GERAIS, 1963). Vale ressaltar que as alegações de Magalhães Pinto, que deveriam fazer parte de tal solicitação, não foram esclarecidas pela Assembleia; não tivemos acesso à fundamentação do Governador, fato que abre caminho a diferentes interpretações. Em segundo lugar, há que se debruçar sobre a data prevista para o retorno do mesmo às suas atividades como chefe do Executivo mineiro, um verdadeiro enigma, pois foi fixada na véspera da deflagração do golpe militar que derrubou o Presidente João Goulart. Não temos evidências que nos levem a essa trilha, apenas interrogações sobre a data do pedido, que ocorre após o massacre de Ipatinga, no dia 06 de dezembro — e a data de retorno — um dia antes da data oficial do golpe, ocorrido no dia 31 de março de 1964 (SOUZA, 2014). Independente das providências tomadas pelo governador nesse espaço de tempo e de possíveis agenciamentos de atividades em relação à preparação do golpe, o mesmo foi deflagrado na data prevista e o Brasil foi encaminhado a uma nova perspectiva política, que foi a tônica durante 21 anos.

Nesse espaço de tempo a vida dos brasileiros foi direcionada a atender à visão burguesa de vida e a justificativa pela ruptura democrática era respaldada na necessidade de eliminação da “ameaça comunista” que rondava os países da América Latina. As sucessivas rupturas notadas sobre os países latino-americanos têm ligação direta com o processo da Revolução Cubana. Marcos Napolitano aborda o assunto respaldando nosso pensamento.

Afirma o autor:

[...] O segundo aspecto a ser acrescentado é que o sucesso da Revolução Cubana (em 1959), ao tornar realidade o sonho da experiência socialista na América Latina, passou a representar uma ameaça para a influência norte-americana no continente. Assim, a política externa dos Estados Unidos estava orientada para impedir a ocorrência de conflitos e revoltas sociais (de inspiração socialista) que implicassem qualquer mudança na ordem interna dos países sob sua influência. (NAPOLITANO, 1988, p. 07)

O novo governo tinha em suas mãos um desafio: para a que o novo enquadramento político se tornasse duradouro seria necessário moldar o pensamento da juventude a uma nova perspectiva que comparasse qualquer governo voltado às questões sociais a uma “ameaça comunista”. Esse condicionamento estaria vinculado a uma nova proposta educacional cujo teor passava pela eliminação de conteúdos que permitissem a formação do

cidadão com visão crítica. Ao priorizar essa premissa, o sistema focou na eliminação de matérias como Filosofia e Sociologia da matriz curricular, cedendo o espaço a outras de essência positivista como OSPB (Organização Social e Política do Brasil) e Educação Moral e Cívica. A trilha educacional do futuro estava pavimentada, mas faltava ainda uma disciplina fabril que promovesse a incondicional obediência dos trabalhadores à visão burguesa de vida.

O presente poderia ser mudado submetendo a classe operária a um novo modelo de disciplina de trabalho, pois a Usiminas já tinha dado início às operações e as primeiras corridas de gusa já escorriam pelas canaletas do único Alto Forno em operação em 1964. A empresa fora construída com base em um consórcio Nipo-brasileiro, portanto a dinâmica da produção deveria estar submetida ao modelo disciplinar japonês, porém, havia um obstáculo: os operários não possuíam uma cultura operária uniforme, o que dificultaria um direcionamento focado em um modelo já existente e consolidado. O Historiador E. P. Thompson elabora um pensamento muito consistente a respeito do período da formação da classe operária inglesa e adverte que a introdução de uma disciplina operária não seria fácil naqueles momentos. O estudo dessa peça induz à compreensão das dificuldades que o novo regime teria na moldagem da disciplina industrial dos operários da Usiminas. Afirma Thompson:

Sem dúvida esse descaso pelo tempo do relógio só é possível numa comunidade de pequenos agricultores e pescadores, cuja estrutura de mercado e administração é mínima e na qual as tarefas diárias (que podem variar da pesca ao plantio, construção de casas, remendo de redes, feitura de telhados, de um berço ou de um caixão) parecem se desenrolar, pela lógica da necessidade, diante dos olhos do pequeno lavrador. (THOMPSON, 1998, p. 271)

Na comunidade do Arraial de Ipatinga não existiam grupos organizados de pescadores e as tarefas do cotidiano não obedeciam a qualquer disciplina operária submetida ao controle do tempo. Existia sim, um aglomerado humano vivendo de acordo com seu tempo e suas necessidades. Como a população encontrou na Usiminas uma nova oportunidade de sobrevivência, notou-se que essa mentalidade secular deveria ser moldada às carências da empresa, mas foi notado também que era difícil estabelecer um novo marco de pensamento para a comunidade operária e, nesse contexto, alternativas a essa necessidade deveriam ser construídas e talvez uma demonstração de força fosse mais adequada ao momento com a finalidade de atingir tais objetivos.

Muito se tem discorrido sobre a montagem do parque industrial brasileiro desde a política de substituição às importações durante o período denominado Paz Armada. Essa dinâmica foi maior a partir dos governos de Getúlio Vargas, ganhando novo impulso nos anos de Juscelino Kubitschek. Vários autores falaram sobre a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, CSN, e da própria Usiminas e dentre eles, construo na minha Tese de

Doutoramento uma observação mais consistente sobre a necessidade que o regime tinha de fazer uma demonstração de força (SOUZA, 2014).

O momento oportuno a essa apresentação surgiria em 1º de maio de 1964, Dia Internacional do Trabalhador. Enquanto a população “lambia as feridas” decorrentes do conflito social, o novo regime tratou de colocar sobre o Vale do Aço o manto do silêncio.

Ocorria ali a fundação do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga e região, o SINDIPA. A formação de uma Entidade de classe demanda muito tempo, pois a burocracia requer o trânsito da documentação por vários órgãos do governo, principalmente no hoje extinto Ministério do Trabalho. A última etapa da consolidação do Órgão é a entrega da Carta Sindical, que em tais circunstâncias era realizada no Ministério do Trabalho a um dos representantes do Sindicato. Entretanto, no caso do SINDIPA, a carta foi entregue pelo Presidente da República, o General Humberto de Alencar Castelo Branco, que se deslocou em direção à cidade de Ipatinga especialmente com essa finalidade.

O documento foi entregue ao então presidente da associação em cerimônia ocorrida em 1º de maio, nas dependências da Usiminas, e não na sede do Sindicato. A demonstração de força residiu no aparato e na logística estrategicamente planejada para esse dia.

A cidade de Ipatinga é cortada apenas por uma rodovia, na época identificada por MG-4, atual BR-381, que teve seu tráfego interrompido de um lado nas proximidades da cidade de Timóteo e do outro na direção da cidade de Ipaba. Durante as cinco horas em que a comitiva presidencial esteve na cidade, a rodovia ficou interrompida, e só foi liberada após o deslocamento da comitiva de volta a Brasília. Durante esse período, o General Presidente deu o norte que deveria ser seguido. Em seu discurso ele alertou:

É a primeira vez que um chefe de Estado vem a Minas Gerais, e justamente em uma de suas regiões de maior densidade operária [...] Há ainda que acrescer a circunstância da inauguração de avançados setores industriais, que assim demonstram permanente preocupação com aprimoramento. Ampliação e aprimoramento que se verificam justamente em atividade fundamental ao nosso desenvolvimento e cujo êxito diz tão perto aos interesses e o futuro dos trabalhadores. Nem estes poderão ter dúvidas de que somente pela elevação e progresso da indústria brasileira, na medida em que esta vier reclamar mão de obra especializada, e, portanto, altamente produtiva, lograrão alcançar níveis salariais que deverão constituir justa aspiração. [...] somente uma real solidariedade entre empregados e empregadores, cada qual entregue à sua tarefa, mas todos unidos pelo trabalho comum da grandeza nacional permitirá alcançar-se o ideal de uma comunidade em que todos se sintam enobrecidos pelo trabalho e por seus resultados (HOMENS EM SÉRIE, 1991, p. 58).

Ao fazer uma breve análise do discurso, percebo que o citado progresso – assim entendo – viria da ordem; e esta se condicionaria a uma situação em que cada qual estaria entregue à sua tarefa: o trabalhador à produção; o capitalista à tarefa de administrar e tirar a lucratividade das relações de trabalho estabelecidas com os empregados. Alerto ainda na Tese:

A citada “real solidariedade” – parece-me – deveria existir entre empregados e empregadores na visão do chefe de estado; na relação entre empregado e empregado não! Pelo menos a julgar pela ausência de menção em sua fala. Impõe-se aí uma ponta de ambiguidade: visto à luz das novas formas de produção abordadas por Gramsci, esse tipo de solidariedade deveria existir ou ser destruída? A solidariedade entre as partes citadas no discurso pressupõe apagamento da memória e esquecimento dos fatos que supostamente deram origem a futuras disputas. Se assim o for, as vítimas do massacre seriam apagadas da memória, enquanto o manto do silêncio cairia sobre o Vale do Aço. (SOUZA, 2014, p. 91)

Se não temos elementos suficientes para afirmar que o massacre de Ipatinga funcionou como um “balão de ensaio” que visava perceber o grau de organização da classe trabalhadora, podemos dizer, com certa segurança, que o início de uma nova forma de relação trabalhista se desenvolvia a partir da formação do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga e o discurso de Castelo Branco deixa bem claro essa convicção. É possível perceber, ao melhor estilo gramsciano (1984), a intenção de se formar uma nova cultura tanto na educação como no mundo do trabalho. Notamos ainda que o regime inverteria a ordem da disseminação dessa ideia: ela partiria do micro em direção ao macrocosmo do mundo do trabalho.

Nossa insistência em ver a historiografia a partir da “micro-história” reside na ideia de se analisar a cultura a partir de sua construção com origem na base, que uma vez instituída, comporia a superestrutura do novo sistema político, ou seja, a formação de uma ideia hegemônica. Os trabalhadores seriam os legitimadores do discurso que a burguesia queria implantar e na esteira dessa ideia uma nova relação de trabalho. Tanto para Gramsci quanto para Marx, a classe que detém o poder material é a mesma que estabelece o domínio ideológico, e tais observações convergem na formulação do pensamento de que é a superestrutura a grande mantenedora das relações de classe. Portanto, ela é a responsável pela construção dos pilares hegemônicos que se materializam através do Estado e da sociedade civil. A construção de uma estrutura contra-hegemônica levaria tempo e implicaria na organização da classe trabalhadora, razão pela qual o Estado se fez presente norteando o Sindicato desde sua origem, dentro da cultura sob a qual o Estado gostaria que a classe fosse estruturada.

Passaram-se mais de quarenta anos para que os trabalhadores dessem visibilidade à compreensão da intenção do sistema na construção dessa hegemonia. Edson Cunha, um dos membros da chapa que disputava as eleições sindicais de 1985, e ex-empregado da Usiminas, elaborou o seguinte depoimento:

A partir daquele período (refere-se ao massacre), a empresa consolida internamente um processo de controle dos trabalhadores. Tanto administrativo quanto pessoal de cada trabalhador por ela contratado [...] onde esses trabalhadores residiam eram condomínios residenciais construídos por ela... a vida social daquela comunidade e também o dia a dia desse operário dentro da fábrica. E isso levou naturalmente a um desgaste dos trabalhadores internos que viviam sob constante ameaça. De 1963 até 1984, nós vivíamos o “mito da cultura Usiminas”: manda quem pode... obedece quem tem juízo. E qualquer iniciativa individual ou coletiva dos trabalhadores a empresa tinha forma de reprimir esse movimento⁷.

A fala do entrevistado ganha dimensão quando alude a instituição hegemônica apresentada aos operários na forma de “Cultura Usiminas”. A constante presença do termo nos discursos da Diretoria da empresa transformou-se em um rito cujo objetivo focava na manutenção do suposto “mito” e na interpretação do entrevistado se desvencilhava de qualquer tipo de contestação. Com o tempo essa prática consolidou a ideia de cultura e de hegemonia no Vale do Aço que é o mais industrializado de Minas Gerais. Esse modelo de cultura partiria de uma combinação de culturas; um tipo de disciplina de trabalho que abarcaria o conhecimento local com outro que não era genuinamente nacional. Conforme dito anteriormente, a Usiminas foi construída por iniciativa de um consórcio Nipo-brasileiro, no momento em que o Japão fazia um esforço descomunal para reerguer sua economia devastada pela guerra. Além de importar todo o maquinário necessário à construção da empresa, o Brasil trouxe do Japão um corpo de técnicos altamente especializados com a finalidade de iniciar a instalação da indústria, que foi acompanhado da rígida disciplina fabril do Japão. Óbvio que seria impossível implantar aqui essa disciplina como é no Japão, mas como havia muitos administradores japoneses nas unidades de produção, parte dessa cultura foi colocada em prática, após as necessárias adequações à incipiente cultura fabril do Brasil.

Nesse contexto, criou-se a “cultura Usiminas”, que era diferente das praticadas nas Siderúrgicas instaladas no país. Boa parte delas se preocupava em manter um bom relacionamento com as famílias dos operários e nas festas de fim de ano normalmente as empresas promoviam e promovem confraternizações em que a Diretoria se refere aos convidados como a “família” de sua empresa, o que seria, no caso, a “família Usiminas”. Mas o que se notava não era essa adjetivação. Quando se referiam ao cotidiano dos operários, seja no ambiente fabril ou em

7 Fragmento de entrevista concedida pelo ex-operário da Usiminas e membro da Chapa Um, que disputou as eleições sindicais de 1985. Na derrota da chapa de oposição anunciada como resultado do pleito, na visão dos trabalhadores claramente construído pela Usiminas, todos os trabalhadores que formavam a chapa foram sumariamente demitidos da empresa após vencida a imunidade de um mês prevista pela CLT.

confraternizações fora dos muros da fábrica, os efusivos discursos sempre se referiam à “Cultura Usiminas” que também era assimilada e divulgada pelos familiares dos operários.

Os anos passaram e o regime militar se consolidou fundamentando suas forças nos discursos cujo mote era o distanciamento da chamada “ideologia comunista” e, debaixo da força desse discurso e sua consequente legitimação pela própria população, o regime impôs o maior arrocho salarial sobre os trabalhadores.

Os Sindicatos que já eram vinculados ao Ministério do Trabalho, agora estariam sob a completa política repressiva do sistema. Paulo Sérgio do Carmo, em sua obra *História e Ética do Trabalho no Brasil*, analisa esse período da seguinte forma:

A consolidação dos interesses que justificaram a tomada do poder pelo regime militar em 1964 se deu pela criação de um amplo aparato repressivo. Todo esforço foi feito no sentido de desmobilizar e impedir qualquer manifestação de oposição ao regime. Assim, o movimento sindical mais avançado, bem como os trabalhadores, tornou-se um dos principais alvos do regime. Os trabalhadores eram fortemente controlados nos seus locais de trabalho. Mas mesmo com a desarticulação do movimento operário, a resistência não esmoreceu; com uma atuação, em geral clandestina ou semiclandestina, os trabalhadores se organizavam e atuavam principalmente no interior das fábricas e nos bairros dos grandes centros urbanos (CARMO, 1998)

Centrados na posição de historiadores que nos precederam e na história oral produzida por cada sujeito histórico que rememora suas vivências e experiências, é possível perceber na composição de cada um a existência de uma linha tênue de convivência em que se friccionam opressão e resistência. Essas observações induzem a uma reorientação de percurso em nossas produções, quando nos levam a uma indagação: que tipo de história temos produzido? Yara Khoury acrescenta:

Como pretendemos avançar visando contribuir efetivamente para uma transformação social comprometida com a construção de relações sociais mais justas e democráticas? Quais procedimentos temos adotado no exercício da pesquisa, ou em outros espaços e atividades, no sentido de indicar a diversidade do social no movimento da história, sem caminhar para a fragmentação e para o esvaziamento das relações de poder impregnadas do fazer histórico? Em outras palavras, que contribuições estamos dando em termos de traduzir em outras histórias aquelas memórias que foram obscurecidas e que estamos procurando trazer à tona? (MACIEL, ALMEIDA, KHOURY, 2006, p. 23)

As interrogações propostas por Khoury soam como desafios aos historiadores em relação à forma de produção da história e o compromisso que cada um deve ter nessa construção em busca de alternativas que contribuam efetivamente para o desenvolvimento social.

Considerações finais

O massacre de Ipatinga foi resultado de fricções ocorridas entre opressão e resistência em um espaço de grande produção social e não se trata de um episódio descontextualizado do nosso tempo e nem da nossa dinâmica historiográfica. Trata-se de um fato histórico que nos permitiu observar que transformações ocorreram, tanto no mundo do trabalho quanto na educação, com a finalidade de dar suporte a uma nova dinâmica política implantada no Brasil a partir de 1964.

Comprometidos com a determinação de produzir novos espaços de análise historiográfica que estejam vinculados à construção de uma sociedade mais justa – como desafia Khoury -, focamos no massacre como um dos pontos de confluência na transformação de nossa perspectiva de vida, mesmo que não seja momentaneamente adequado às nossas necessidades. No campo educacional, por exemplo, o ensino profissional transformou-se no foco das preocupações da nova estrutura política, pois nele residia a esperança de formar mão de obra disciplinada que abasteceria a indústria e comércio, ao mesmo tempo em que atenderia ao clamor da burguesia emergente dessa nova realidade.

Percebemos, com isso, que a longa trajetória percorrida pela sociedade brasileira até chegar ao fim da segunda década do século XXI foi impregnada de idas e vindas, de sucessos e frustrações, de verdades e incertezas, mas, sobretudo de muito sofrimento. Percebemos também que estamos em constante construção de nossa própria história e dela necessitamos extrair cada experiência, cada resultado de convivência, e cada decepção sofrida e que, mediante essas práticas, possamos evoluir em direção a um mundo dotado de menor desigualdade e maior comprometimento com o aprimoramento da Democracia. ↗

REFERÊNCIAS

- BRAGA, Tânia Moreira. Política Ambiental, Conflito e Produção social do espaço sob o signo indústria: um estudo de caso sobre Ipatinga (MG). In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 9, 2000. Ouro Preto. *Anais IX Seminário sobre a economia mineira 1089*. Ouro Preto.
- CARMO, Paulo Sergio do. História e ética do trabalho no Brasil. São Paulo: Moderna 1998.
- COMISSÃO da verdade ouve as vítimas do ‘Massacre de Ipatinga’. G1, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mg/vales-mg/noticia/2013/10/comissao-da-verdade-ouve-vitimas-do-massacre-de-ipatinga.html>>. Acesso em 07 de abril de 2020.
- DREIFUSS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado. Petrópolis, Vozes, 1981.
- FERNANDES, Edvaldo (org.). **Massacre de Ipatinga**: quadro a quadro. Brasília: Min. da Justiça, Comissão de Anisista, 2013. Disponível em: https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/lab_livro-ip-versao-final-08-10-2013.pdf. Acesso em 26 maio 2020.
- GERALDO, José. [Entrevista concedida ao] Jornal Hoje em Dia. Hoje em Dia. Belo Horizonte, MG, 1º de novembro de 1988, Seção Política.
- GRAMSCI, Antônio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- GOULART pede estado de sítio hoje. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano 58, n. 21.627, p. A1, 04 de out. 1963. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1963_21627.pdf. Acesso em 26 maio 2020.
- HOMENS EM SÉRIE. Prefeitura Municipal de Ipatinga, 1991, v.1
- KHOURY, Yara Aun. O historiador, as fontes orais e a escrita da História. In: Outras histórias: memórias e linguagens, São Paulo: Olho D’água, 2006.
- MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Org). Outras histórias: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d’Água, 2006.
- MINAS GERAIS. Projeto de Resolução 679, de 07 de dezembro de 1963. Autoriza o Sr. Governador José de Magalhães Pinto a ausentar-se do território do estado de Minas Gerais. Ementa disponível em: https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/interna.html?a=1963&n=679&t=PRE. Acesso em 26 de maio de 2020.
- NAPOLITANO, Marcos. O regime militar brasileiro: 1964-1985. São Paulo: Atual, 1988.
- PORTELLI, Alessandro. História oral e memórias. História e perspectivas, Uberlândia/MG: UFU/Curso de História e Programa de Mestrado em História, n. 25 e 26, p. 32, jul/dez 2001/jan/jul/2002
- SOUZA, Paulo Roberto de. CAMINHOS DE RESITÊNCIA: DO PODER SINDICAL AO PODER POLÍTICO Memórias sobre lutas dos trabalhadores da USIMIAS (1960 – 1988) – 2014, 197 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.
- THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial In: Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998
- WILLIAMS, Raymond. Hegemonia. In: Marxismo e Literatura. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979